



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Diretoria Administrativa

À Comissão Permanente de Licitação - COMISPL,

Considerando o documento apresentado pela empresa Cone, no indexador 17942679, referente a Concorrência Pública nº 002/2021, encaminho o presente para fins de análise e manifestação.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2021

Grazielle Alves Ramalho
Diretora Administrativa/FAETEC
ID: 5115549-4



Documento assinado eletronicamente por **Grazielle Alves Ramalho, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 09/06/2021, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17949355** e o código CRC **DC649D68**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002182/2021

SEI nº 17949355

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2332-4044 - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Vice-Presidência Administrativa

À Assessoria Jurídica com posterior remessa a Presidência

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

RAZÕES: INABILITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PREDIAL, COM ADEQUAÇÕES E MODERNIZAÇÕES, QUANDO NECESSÁRIO, NAS UNIDADES DE ENSINO E PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS SOB RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC / SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI, DIVIDA EM 4 LOTES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III) E PROPOSTA DETALHE (ANEXO I).

PROCESSO: SEI-260005/000037/2021

RECORRENTE(S): CONE ENGENHARIA E CONTRUÇÃO CIVIL

RECORRIDO: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

DAS PRELIMINARES

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso interposto pela empresa **CONE ENGENHARIA E CONTRUÇÃO CIVIL** é regular por atender o requisito do art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/1993, bem como tempestivo com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório da Concorrência Pública 002/2021.

DA LEGITIMIDADE

Em que pese não haver nos autos do recurso interposto pela empresa **CONE ENGENHARIA E CONTRUÇÃO CIVIL** procuração, bem como não haver documentação da empresa e dos sócios, esclareço que foi realizada diligência ao processo **SEI-260005/000037/2021** – Concorrência Pública nº 002/2021, para averiguação das rubricas e assinatura e, após o termino da análise, nos parece que a peça recursal foi rubricada e assinada por um dos representantes da empresa.

Para que não haja prejuízo à análise da argumentação recursal infra, considera-se de bom senso a superação da possível ilegalidade por falta de comprovação da identificação do recorrente por meio da diligência realizada.

DAS CONTRARRAZÕES

Esclareço que foram protocoladas contrarrazões pelas licitantes **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2**, através dos indexadores 18781403, 18781130 e 18781410 respectivamente.

Outrossim, considerando que as peças defensórias foram protocolizadas até 15/06/2021, estão tempestivas, com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório da Concorrência Pública nº 002/2021.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela recorrente **ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**, em face da Decisão desta comissão resultante do julgamento dos documentos de habilitação apresentados, cuja mesma foi comunicada na sessão do dia 28/05/2021.

Alega a recorrente, em suma, que a documentação apresentada, em especial os comprovantes de inscrição Federal, Estadual e Municipal atendem as exigências constantes do edital.

Por fim, requer o provimento do presente recurso para que a Comissão reveja o ato administrativo impugnado, considerando a recorrente habilitada.

DA ANÁLISE DO RECURSO

PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL OU MUNICIPAL

Merecem prosperar os argumentos da recorrente.

A empresa foi inabilitada no certame, por apresentar comprovante de inscrição e situação cadastral Federal e Estadual sem autenticação, e não ter apresentado prova de inscrição municipal, tendo, tal fato, sido considerado como desatendimento ao requisito do subitem 6.4.1 "b" do edital, que assim estabelece:

6.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos

(...)

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Tal regra deriva do inciso II do art. 29, da Lei 8.666/93;

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em:

(...)

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

A empresa recorrente possui sede no município de Mesquita, Estado do Rio de Janeiro e, no envelope de habilitação, apresentou os seguintes documentos, pertinentes ao dispositivo acima referido:

Comprovante de inscrição e de situação cadastral estadual;

Ficha de informações cadastrais, em substituição ao cartão de inscrição municipal;

Alvará municipal, indicando o nº de inscrição municipal;

Certidão negativa de débitos estaduais, indicando o nº de inscrição Estadual.

Certidão negativa de débitos municipais, indicando o nº de inscrição municipal.

A decisão da comissão de inabilitar a licitante foi embasada na emissão a mais de 90 dias do cartão do CNPJ, falta de autenticação do comprovante de inscrição e de situação cadastral estadual, bem como na ausência do comprovante de inscrição e situação cadastral municipal.

Nesse contexto, vieram às razões da recorrente, que foram analisadas e, a partir desse momento, a comissão deparou-se com o seguinte cenário: (a) o comprovante de inscrição e situação cadastral estadual apresentado no envelope de habilitação sem autenticação; (b) Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, indicando o nº de inscrição Estadual; (c) Certidão negativa de débitos municipais, indicando o nº de inscrição municipal; (d) Ficha de informações cadastrais, em substituição ao cartão de inscrição municipal.

Em uma nova análise e interpretação do dispositivo editalício, podemos verificar que a exigência é apenas no sentido de se comprovar a inscrição, seja ela Federal, Estadual ou Municipal, mediante a apresentação do comprovante ou de outra forma equivalente.

No caso concreto, a recorrente apresentou certidões de quitação fiscal tanto da esfera Federal, Estadual, quanto da esfera municipal, o que comprova a sua inscrição e atende as exigências do edital.

Destarte, a comissão decidiu por rever seu ato de inabilitação, em favor da recorrente, considerando suficiente como prova de inscrição Estadual e Municipal, os documentos juntados no envelope de Habilitação, que trazia a informação que atende ao requisito do subitem 6.4.1 “b” do instrumento convocatório.

Submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, JOÃO DE MELO CARRILHO para análise e decisão.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Silva Santos, Presidente de Comissão**, em 25/06/2021, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador

18780710 e o código CRC **1C2E04D2**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002252/2021

SEI nº 18760982

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280

Telefone: 2332-4126 - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
ASSJUR

PARECER Nº 110/2021/FAETEC/ASSJUR
PROCESSO Nº SEI-260005/002182/2021
INTERESSADO: COMISPL E PRESIDÊNCIA
ASSUNTO: Impugnação a habilitação referente a Concorrência Pública 02/2021

E M E N T A : Análise de Impugnação da Concorrência Pública 02/2021. Comissão opina pelo acolhimento das razões do recorrente. Decisão final cabe à Presidência da FAETEC.

À Presidência,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa **CONE ENGENHARIA E CONTRUÇÃO CIVIL**, cuja impugnação tem como pedido a sua classificação e a habilitação, alegando que: apresentou os comprovantes em sua formula original eletrônica, carecendo de autenticação e que as mesmas podem ser verificadas como autênticas .

Foram anexadas as contrarrazões da empresa **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2**, porém as mesmas não tem pertinência com o tema em questão.

Retornam os autos após manifestação da Comissão de Licitação, que inicialmente acusou a tempestividade tanto da impugnação quanto da contrarrazão. No mérito reformou a decisão no sentido de que:

"Em uma nova análise e interpretação do dispositivo editalício, podemos verificar que a exigência é apenas no sentido de se comprovar a inscrição, seja ela Federal, Estadual ou Municipal, mediante a apresentação do comprovante ou de outra forma equivalente.

No caso concreto, a recorrente apresentou certidões de quitação fiscal tanto da esfera Federal, Estadual, quanto da esfera municipal, o que comprova a sua inscrição e atende as exigências do edital.

Destarte, a comissão decidiu por rever seu ato de inabilitação, em favor da recorrente, considerando suficiente como prova de inscrição Estadual e Municipal, os documentos juntados no envelope de Habilitação, que trazia a informação que atende ao requisito do subitem 6.4.1 "b" do instrumento convocatório.

Submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, JOÃO DE MELO CARRILHO para análise e decisão."

Este é o relatório. Passemos à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A premissa norteadora da manifestação que esta Assessoria passa a expor é que o interesse

público deve ser o único objetivo certo de qualquer ato administrativo.

Partindo deste princípio, entendemos que, com as previsões editalícias, a Administração visa justamente conferir publicidade e impessoalidade ao feito (artigo 37, caput da CRFB). Deve o proponente comprovar a sua capacidade efetiva para participar do certame, impedindo assim que empresas que não detenham a viabilidade técnica necessária para o atendimento ao interesse público, que nunca é demais lembrar; não se confunde com o interesse privado.

Os requisitos dispostos no edital visam à garantia de que a empresa proponente detém a logística necessária para o atendimento do objeto licitado. Neste diapasão, não é demasiado ressaltar que o Edital é a regra da Licitação, ou seja, é deste instrumento que emanam os preceitos que regem a realização do certame. Nesse sentido já eram as clássicas lições do mestre Hely Lopes Meirelles in “Direito Administrativo Brasileiro – 21ª edição” - São Paulo: Malheiros, 1996, página 260:

“Edital: edital é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura da concorrência, de tomada de preços, de concurso e de leilão, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Como lei interna da concorrência e da tomada de preços, vincula inteiramente a Administração e os proponentes. (...)”

A) Certidão

Conforme informado pela Comissão de Licitação no doc. 18780710 como ora transcrito:

"A empresa foi inabilitada no certame, por apresentar comprovante de inscrição e situação cadastral Estadual sem autenticação, e não ter apresentado prova de inscrição municipal, tendo, tal fato, sido considerado como desatendimento ao requisito do subitem 6.4.1 "b" do edital, que assim estabelece:

6.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos

(...)

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Tal regra deriva do inciso II do art. 29, da Lei 8.666/93;

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em:

(...)

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

A empresa recorrente possui sede no município de Mesquita, Estado do Rio de Janeiro e, no envelope de habilitação, apresentou os seguintes documentos, pertinentes ao dispositivo acima referido:

Comprovante de inscrição e de situação cadastral estadual;

Alvará municipal para localização e funcionamento;

Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, indicando o nº de inscrição Estadual.

Certidão negativa de débitos municipais, indicando o nº de inscrição municipal.

A decisão da comissão de inabilitar a licitante foi embasada na falta de autenticação do comprovante de inscrição e de situação cadastral estadual, bem como na ausência do comprovante de inscrição e situação cadastral municipal.

Essa previsão se encontra no item 6.4.1 do edital e art 29 da Lei 8666/983, como ora citado pela comissão de licitação seria necessário que fosse apresentado a comprovação a inscrição, seja ela estadual ou municipal. Desta sorte a apresentação de inscrição municipal seria hábil para atestar a habilitação da empresa, como transcrição da manifestação da Comissão:

Em uma nova análise e interpretação do dispositivo editalício, podemos verificar que a exigência é apenas no sentido de se comprovar a inscrição, seja ela estadual ou municipal, mediante a apresentação do comprovante ou de outra forma equivalente.

No caso concreto, a recorrente apresentou certidões de quitação fiscal tanto da esfera estadual, quanto da esfera municipal, o que comprova a sua inscrição e atende as exigências do edital.

Sendo assim, decisão em sentido contrario estaria apenas privilegiando o princípio do formalismo, não sendo a melhor medida, posto que a licitação deve buscar a eficiência e a economicidade.

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não tendo esta Assessoria a pretensão de fazer doutrina neste pronunciamento, tendo em vista o bem lançado pronunciamento Comissão de Licitação, nos coadunamos com a posição desse setor, cabendo ressaltar, por fim, que a **Comissão é soberana para analisar e julgar todos os procedimentos do certame**, por força do art. 6º, XVI da 8.666/93.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Marçal Justen Filho, op. cit., p. 424, ministra no mesmo sentido:

“Se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação dos documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da Administração. **Obviamente, não será delegada aos terceiros a competência decisória.** Esses terceiros fornecerão pareceres técnicos, para orientar e fundamentar a decisão. **A Comissão poderá, inclusive, discordar das conclusões dos pareceres técnicos**”.

(Grifo nosso)

Assim, esta Assessoria opina no sentido do acolhimento das razões aduzidas na impugnação interposta, dando-se prosseguimento ao feito.

PRISCILA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

ASSESSORIA JURÍDICA / FAETEC

ID.: 51157730 - OAB RJ Nº 147.252



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Teixeira, Assessor(a) Técnico(a)**, em 28/06/2021, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18864797** e o código CRC **47B17A80**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

À Comissão Permanente de Licitação- COMISPL,

Tendo em vista o exposto no despacho da COMISPL, indexador nº 18780710, e no Parecer 110, da d. FAETEC/ASSJUR, indexador nº 18864797, acompanho o entendimento de ambos no sentido do acolhimento dos recursos apresentados.

Atenciosamente,

João de Melo Carrilho
Presidente da FAETEC
ID 51151057

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **João de Melo Carrilho, Presidente**, em 28/06/2021, às 20:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18900736** e o código CRC **14C70E89**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002182/2021

SEI nº 18900736

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2333-9631 - faetec.rj.gov.br